

**João Vinícios Reck Gnoatto**<sup>1</sup>

Universidade do Oeste de Santa Catarina

**Resumo**

O neoliberalismo é hoje discutido como um discurso, político e econômico, mas supõe-se que suas influências passem a influir nas relações de desejo, trabalho e linguagem, produzindo novas modalidades de saber e gozo. É o sujeito quem sofre esses efeitos, como produtor e produzido por estas formas microcósmicas de interação, que eventualmente ressignificam experiências antigas de satisfação, induzem novas modalidades de experimentação no trabalho, na vida doméstica e na relação de parentesco, bem como distendem ou ampliam linhas de diferenciação, aliança e filiação. Na literatura neoliberal, o sujeito, colocado diante dessas relações, perde o sentido de qualquer busca ou horizonte ideativo, largado a um infinito que se desloca mais ao passo que mais perto dele o sujeito se aproxima. É necessário apontar como o neoliberalismo coordena os sujeitos a um horizonte labiríntico e não perspectivado de alienação e escolhas limitadas, embora se pretendam infinitas e sem limite previsível.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Gozo; Sujeito neoliberal; Alienação; Infinito;

**Abstract**

Nowadays, neoliberalism is discussed as a political and economic discourse, but its influences are said to extend to the realms of desire, work, and language, generating new forms of knowledge, enjoyment, and interpersonal connections. The subject is intimately linked to these effects, both as a producer and a product of these microcosmic interactions. Consequently, old experiences of satisfaction are reinterpreted, new modes of experimentation emerge within the domains of work, domestic life, and kinship, and boundaries of differentiation, alliance, and offspring are expanded or redefined. Neoliberal literature portrays the subject as positioned within these relationships, devoid of a sense of purpose or imaginative horizon, adrift in an infinite realm that simultaneously draws them near and distances them. It is important to recognize how neoliberalism orchestrates subjects towards a labyrinthine and non-perspective horizon of alienation and limited choices, despite its claims of boundless possibilities

**Keywords:** Neoliberalism, Jouissance, Neoliberal subject, Alienation, Infinite.

---

<sup>1</sup> Graduando em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: joaoviniciusreck@gmail.com

*“Não se pode consumir muita coisa se se fica sentado lendo livros”*

[Aldous Huxley]

## **Introdução**

O neoliberalismo é o grande responsável por introduzir uma mudança radical na gramática do sujeito e seus afetos. Longe de ser uma práxis na qual são introduzidos modos de gestão artificiais da economia e da política e onde o bem-estar é posposto à garantia da liberdade individual, do empreendedorismo e das oportunidades de investimento, o neoliberalismo é um discurso, diante do qual o sujeito toma valor posicional e no qual é cartografado no inventário do mercado, ou do Outro. Seus agentes devem atuar sob este mercado de forma indiscriminada, com direito a propriedade privada, livre mercado e amplo comércio. É certo de que há uma operação legitimadora deste acesso, e esta operação é a liberdade, princípio sine qua non de toda teoria neoliberal (HARVEY, 2008). É dentro desse novo establishment que o sujeito recebe o empuxo à produção massificante de si e de onde é revigorado a arriscar-se nos rápidos rasgos do mercado.

O Estado, excetuando-se funções como polícia, segurança, defesa, controle de gastos, avaliação do dinheiro e supervisão alentada do mercado, é barrado para operar ou intervir na economia. Numa analogia bastante precisa, ele é a branca de neve, à espera de uma crise da qual possa acordar. É somente num cenário de derrelição, de abandono do Pai-Estado, que o mesmo Pai intervém, não na educação, na construção do direito nascente, na emancipação da ideia (Kant) ou no resgate às individualidades naufragadas, perdidas de seu horizonte ideativo, “desaspiradas” e cada vez menos certas de si mesmas, mas na restituição do poder do mercado, injetando ânimo nas políticas de assistência à saúde ou educação, a fim de rearranjar o capital perdido (a bem da verdade, gasto). A dialética, nesse sistema, é infalível. Trata-se da metonimização do processo histórico e da deflagração das barbáries e

**ANÃNSI**

violências. O desastre é ansiado e a capitalização anunciada. Como veremos, é a crise a sua operação fundamental.

Os direitos fundamentais, no neoliberalismo, foram substituídos por garantias individuais e meritocráticas que deslancham numa crise psíquica marcada, essencialmente, pela clínica das depressões, astenias e esgotamentos. A carne, o legume, a verdura, o pão, a fome, a seca, a dívida, o empregado, o patrão, a empresa, são operadores metonímicos que atuam num registro negativo e não convencional, pois marcam a falta, na substituição do que a condição de vida hipossuficiente é determinada não pelo que se é, mas pelo que se tem, bem como acontece, no extremo oposto, com as condições de viver hiperssuficientes. O sujeito está ocluído dessa significação, lhe vale o que lhe pesa, como Albertine, do universo proustiano, a “rainha dos bolos de chocolate” (PROUST, 2007) que tem no existir seu modo castelar de ser. Todo sujeito carrega a marca da docilização e do assujeitamento, mesmo que não o queira ou saiba, pois designa-o o “desempregado”, “fracassado”, “insuficiente” e “improdutivo”. Naturalmente, o que falta ao sujeito é o que ele procura; há uma profunda desigualdade nos termos, só pertence ao sujeito o que ele pode falar, e ele só pode falar daquilo que lhe pertence, pertencendo o desejo a um campo de aspiração metonímica sem fim previsível, engatada à produção irreflexiva de si mesmo. Quem está por trás do Uber, nome próprio? Ou do microempreendedor? Por que se os chama assim: o eu é um eu ou um Uber? Dizer que alguém “meteu o pé na cova” parece mesmo uma piada quando não se vê que o modo geográfico da neoliberalidade enterra o pé e deixa o corpo a torcer-se à última gota de suor.

Por trás do nome próprio, o significante, a Empresa. Estas relações são inscritas na linguagem a todo momento e produzem a diferenciação do empregado e do empregador, precisam o nome da sua falta de nomeação e instituem uma hierarquia de saber piramidal. Ela vale, no entanto, para o modo e não para o conteúdo, já que, como vimos, as nomeações encarregam-se das substituições e produzem o referencial topológico a partir do qual as relações sociais são ajustadas, e mais, entrevistas. O neoliberalismo como gestão ainda se encastela no indiferenciado. Todo mundo está um pouco “alienado” ao Sentido, na notação lacaniana, esquecidos da concreção material que os reporta a um centramento subjetivo e indiferenciante. O próprio modelo tem no mito de Ulisses apresentado por Adorno e Horkheimer sua matriz ecológica e reciclável, no qual a raiz do mito se esclarece à medida em que Ulisses nega-se a ouvir o canto das sereias (ADORNO; HORKHEIMER, 2006). Não se perguntando pelo outro, é incapaz de perguntar por si mesmo. Não se interessa mesmo por saber. Tem-se aí o decalque do burguês marxista sem força de trabalho, fundamental para toda conjuntura histórica marxista de um ponto de vista ontológico e fenomenológico.

Por aí que a oscilação ontológica entre o Ser e o Sentido em Lacan, e a distinção entre Burguesia e Proletariado em Marx aparece e ganha corpo epistemológico. De um lado, o

motor da história, do outro, da clínica. No caso do primeiro, os matemas e modelos teóricos “sobredeterminados”, “esquivos” e “extensos” a uma cadeia significativa vão receber, em outro continente filosófico, críticas não por “serem demasiado abstratos, mas, ao contrário, por não sê-lo bastante” e “por não atingir a máquina abstrata que opera a conexão da língua com os conteúdos semânticos e pragmáticos dos enunciados, com os agenciamentos coletivos de enunciação, com toda uma micropolítica do campo social” (DELEUZE & GUATTARI, 1980, p.14, tradução nossa). Com o segundo, há uma certa indiferença ao estatuto do sujeito, e uma forte incorporação do conceito de sujeição e História. Lacan tentou abranger os dois, Sujeito e História, mas Deleuze & Guattari nos parecem mais próximos a Marx do que o primeiro. No entanto, o ponto principal que distingue a crítica marxista “ortodoxa” à lacaniana é a posição do sujeito: de um lado, fazendo laço e produzindo sintoma, o sujeito é efeito do discurso (LACAN, 1992). Sua condição ontológica fundamental é a “manque à l’être”, a ruptura com o sentido. Daí por que o sujeito pode se perguntar por quem ele é sem, no entanto, extrair resposta alguma. Em Marx, o sujeito está necessariamente condicionado ao estatuto de classe à qual pertence, e sua ruptura deve ser feita no plano histórico e em chave revolucionária. A existência de um “terceiro” (Estado) ao qual os interesses de classe se ligam não dizem de um projeto emancipatório. Não basta viver na condição de “classe”; essa deve ser necessariamente abolida, junto com o sujeito: “Ao contrário, com a coletividade dos proletários revolucionários, que tomam sob seu controle suas condições de existência e as de todos os membros da sociedade, dá-se exatamente o inverso: nela os indivíduos participam como indivíduos” (MARX; ENGELS, 2007, p.66)

É essa necessária relação de exterioridade que tanto Lacan quanto Marx buscam superar: um com a revolução proletária e o fim do capitalismo, outro com a travessia da fantasia e o retorno ao desejo. Não vamos insistir nem numa especulação rigorosa nem numa “duplicidade de mundos” que se pretende legítima das epistemologias trabalhadas e que aperfeiçoaria o duplo sentido de “ser” e “existir” que tem, bem evidentemente, ocupações distintas para diferentes tradições. Insistimos, isso sim, que não há diferença visível entre capitalismo e ontologia fora da epistemologia, como em Freud contra Hegel, ou Marx e Lacan. O excerto de Em busca do tempo perdido mencionado acima nos parece dar conta do que queremos transmitir: Albertine ser a “rainha dos bolos de chocolate” diz menos dos interesses culinários de uma garotinha do que a posição elusiva à qual ela pertence no discurso; se ela está do lado dos porta-vozes da revolução ou dos defensores da ordem, pouco importa. O que é importante é reportar o discurso às condições materiais de enunciação: misturar ontologia e materialismo; rastrear a atualização do impossível na atualização de modos de gozo que induzem à morte: “um discurso sem palavras” (LACAN, 1992, p.11)

Se o programa do marxismo ou do lacanismo é ou não factível, não cabe aqui responder. Nossa preocupação é adotar uma filiação de autores que permitam compreender os decalques iatrogênicos dos processos de subjetivação e interação contemporâneos; processos que são duplamente históricos e metafísicos, pois implicam uma relação com o agora que é parcialmente determinada pelas experiências passadas em prol da reconstrução de um futuro. Por essa razão, a metodologia adotada neste trabalho é o ensaio teórico, a partir do qual o levantamento dos autores, pertencentes a uma tradição política e literária que no campo da psicologia ainda é incipiente, se torna fundamental para a problematização do neoliberalismo, o qual, na contemporaneidade, guarda vínculos com a fetichização do sujeito e uma radical – e necessária – discussão sobre formas de vida.

## **A psicologia neoliberal**

Nas formas modernas de fazer política, o sujeito entra em jogo como peça central. Ele dá a tônica e inscreve o rumo do país. Nas democracias modernas: *Vox populi, Vox dei*. É natural que, para alavancar-se ao poder nessas formas de governo, o líder ou representante em questão tenha que “pescar” o sujeito, e no mesmo golpe representá-lo naquilo que ele soma à sua contribuição, como eleitor e confiante. Essa forma de coligação, que é também a forma mais antiga de identificação entre grupos, é o que polariza o debate, cria identidades distintas, destaca as diferenças e inscreve na linguagem o campo da ideologia. No caso em questão do neoliberalismo, há um vínculo sutil e paradoxal entre indivíduo e grege, coisa que Nietzsche sabia muito bem, recuperado pelo discurso que centraliza a subjetividade na mão de operadores transindividuais ou intersubjetivos, como o ódio, a teoria econômica e o desejo.

É fundamental que, para funcionar, o neoliberalismo prescindia da individualidade para instaurá-la no campo de algo que sempre escapa ao sujeito, que o coloca na dimensão do semelhante, na relação imaginária do eu com o ideal, daquele que tem o que eu não tenho. Essa é a fórmula base da competitividade. Mobiliza para isso uma série de significantes que localizam o sujeito na busca incessante por sentido. É no capítulo destinado à racionalidade neoliberal que Dardot e Laval (2016) exploram esse efeito da política na guinada neoliberal dos anos 1980 com Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Com a pregnância de slogans sedutores e propostas de arremate, a propaganda direitista alegava à oposição desonestidade: um Estado inimigo, inflacionado a alimentar-se de verba pública, fraude na ação tributária e progressivo controle fiscal. O alarido no imaginário popular servia para ocultar as intenções do governo, com o objetivo mesmo de “mudar o coração e a alma”, como disse Thatcher certa feita. Esse modo de lidar com o público e o privado foi o *trompe-l'oeil* dos governos Thatcher e Reagan, que prossegue até hoje em outro tom.

O caráter serpentino do funcionalismo público brasileiro apensado à agenda liberal de privatizações, a ameaça de expropriação e despossessão da renda e propriedade do trabalhador, a infusão do medo como afeto central nas relações do trabalho com a propriedade privada e o desmantelamento das instituições, tudo isso não bastaria se não houvesse uma crise por trás da qual todo programa neoliberal pudesse articular-se, num encadeamento significativo, sob um eixo traumático, de uma história da qual o sujeito não quer se lembrar — e para isso mesmo o programa neoliberal vem a socorro. Supondo todo fracasso como um erro de cálculo, do qual é possível erguer-se, tomando a crise e o desemprego como oportunidades para o desenvolvimento pessoal, o programa neoliberal encobre o significante-mestre que orienta e identifica o sujeito no mundo, e constrói pontes narrativas que asseguram o sujeito na alienação. Em uma palavra, toda crise nesse sistema serve de pretexto para as ingenuidades do capital.

Isso gera problemas, não apenas para aqueles na mão dos quais o poder eventualmente se encontra, mas para aqueles que dependem deste poder e de seu uso, seja para o bem ou para o mal. O axiomático do neoliberalismo é assumir a crise não como algo a ser superado, mas como algo a ser recursivamente produzido. Leia-se crise como tensões internas produtoras de mal-estar e insegurança social. Um dos efeitos da implementação de políticas neoliberais ao redor do globo foi a crise emergente desencadeada pelo modo de vida neoliberal, a especulação elevada à raiz e o estouro, em 2008, da bolha imobiliária. Antes de ser um evento particular, a crise pôs a lume a dificuldade de sustentar a posição neoliberal no que ela confronta os dois polos do mesmo campo — pobreza e riqueza — na estrutura temporal que os guarda de ser meros operadores, mas produtores de mal-estar.

A disparidade entre valor de uso e valor de troca, o valor fetichizado da mercadoria e outros bens culturais, a alienação inter pares, a perda cada vez maior de poder de compra nas populações mais pobres e a subserviência dos famélicos, indigentes e moribundos ao poder do Estado capitalista prova que toda abertura e deslocamento do mercado é um risco potencial. Não bastasse os milhões de desempregados e endividados nos Estados Unidos, a queda na bolsa afetou a América do Sul e grande parte do continente europeu, levando a crer que o modo de vida neoliberal desencadeia efeitos multifários e instaura uma quadratura na economia, na política e na saúde, tornando toda rede econômica mundial vulnerável às pequenas e grandes crises do capital (HARVEY, 2008).

Aquilo a que Dardot e Laval (2016) se referem como uma “nova racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo” é a denegação do Welfare State, do pós-guerra, e a instauração de um modelo que, no plano econômico, funciona promovendo insegurança, risco e especulação, e no plano político atua como agente do medo, do mal-estar e do ódio, verticalizando toda e qualquer forma de discurso. Embora o neoliberalismo fomente a concorrência individualista e para isso derroque o papel do

Estado ao plano da quase estagnação, este é sempre reanimado quando para salvar as dívidas do mercado. Daí porque arrogar-se a crítica ao individualismo suposto ao neoliberalismo como chave sutural de exegese é errado, é incorrer num quadro fac-símile aturdido pelas aparências.

O neoliberalismo opera sob uma fundação transindividual; seu culto não é à individualização radical, à forma de fazer dinheiro a qualquer custo, tampouco à aposta ou ao risco especioso, estes são apenas elementos que fazem seu compósito; seu papel é precisamente gozar do Outro, no lugar do Outro, encarnar-se neste papel e tomar a posição de um discurso, que identificará cada sujeito a um significante precisamente naquilo em que o significante é incapaz de representá-lo totalmente e de onde o inscreve como sujeito faltoso. De uma falta que não cessa de faltar como falta. De qualquer outro modo, chamaria atenção alhures, pois é precisamente no papel dessa ausência que o sujeito buscará preencher-se. O sujeito-empendedor, ou o Homo Oeconomicus de Foucault e de que fala a literatura só é inscribível nesses termos: sua sujeição não é jamais a si mesmo, mas ao discurso do Outro; não é sua empresa, mas a empresa do Outro. Aí reside o perigo: nos corações e mentes transtornados que acabam alienados a um discurso pautado no medo e no controle social.

São nesses termos que se pode falar em governamentalidade. São vidas organizadas sob uma fagulha fundamental, rearranjadas no campo do Outro e alienadas ao desejo. Cabe entender que, para Foucault, o conceito de governamentalidade é refinado pelo conceito de subjetividade. No curso ministrado em 1981, Foucault (2006, p.307) esclarece que sua noção de governamentalidade refere-se “a uma ética do sujeito definida pela relação de si para consigo”. Mais, ainda: ela é a própria análise do poder fora da perspectiva de um “sujeito de direito”. Isso quer dizer que a conduta, a moral e a disciplina se tornam dispositivos tanto quanto o governo, e o sujeito agora se define pelo modo com o qual se relaciona e conduz a própria vida, sem se dobrar ao direito ou à constituição, dentro dos limites que o circunscrevem ao “quadro geral da biopolítica” (FOUCAULT, 2008, p.30). Aqui, Foucault pensa nas “sociedades disciplinares” que limitam as formas e ações do governo com base proporcional à conduta e reação dos governados: “o limite deixa de ser externo (direito, Estado) e torna-se imanente” (ALLIEZ; LAZZARATO, 2020, p.147). Longe de ser um dispositivo em meio aos demais, a governamentalidade aplaina a ética e a política à arte de governar, criando regimes biopolíticos de poder envolvendo o governo de si e dos outros. Razão por que a “nova racionalidade (...) tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, 2016).

No momento em que se fala do sujeito como causa sui, aspergido de liberdade e potencial infinito, a fórmula neoliberal deixa de existir. De que sujeito falamos? Falamos de um sujeito barrado, subordinado ao efeito do sentido. Ao que Lacan (2008) chama de “sujeito

petrificado pelo significante”, alienado na identificação, Colette Soler (1997, p.62) oferece uma excelente introdução:

O que Lacan chama de um sujeito petrificado pelo significante é um sujeito que não faz quaisquer perguntas. A definição mais simples de um sujeito petrificado é a daquele que não se questiona sobre si mesmo. Ele vive e age, mas não pensa sobre si. Recusa-se mesmo a pensar sobre o que é.

Dentro do lacanismo o sujeito é cindido, comporta uma falta constitutiva. São por razões dessa semelhança que podemos crer e insistir no desvio desta pesquisa, buscando entender que o que se aliena do sujeito é o sentido, isso que se ancora ao significante no campo do Outro, e isso no qual se é incapaz de reconhecer-se totalmente. Essa alienação ao significante é traduzível em certas palavras-chaves que remodelam a experiência do sujeito no que tange sua busca sempre faltosa de uma experiência de satisfação, no que modela seu desejo às exigências do mercado e que traduz seu anseio num experimento de indeterminação radical.

## **O neoliberalismo é um discurso, e seu efeito**

Por efeitos, deve-se ler consequências. Todo programa neoliberal articula-se numa contenda territorializada, onde figuram zonas de contato e continentes sensíveis ao registro do desejo, mas também sensíveis ao ódio e à inimizade. “Um novo discurso de valorização do ‘risco’ inerente à vida individual e coletiva tenderá a fazer pensar que os dispositivos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação, à realização pessoal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.213). Como vimos, o neoliberalismo inspira e anima uma profunda desconfiança à ordem tangencialmente normal do mundo, e assim introduz um sujeito que pensa a mais e além das próprias limitações. A ideia de um mercado autossustentável e de um capitalismo feliz é vendida como água mesmo quando sabemos que o inverso é proporcionalmente correto. Na psicanálise lacaniana o conceito de alienação ou “escolha forçada” ilustra bem este efeito. Porquanto na sociedade neoliberal sejam envidados esforços para a condução de um modo de vida inapelavelmente feliz e realizável, qualquer escolha operada neste modelo irá resultar numa perda, que é, no fundo, e inevitavelmente, uma escolha, mas uma escolha forçada, que leva o sujeito a um deslizamento infinito pelo significante, que Lacan nomeia como “sentido”. A metonímia é, no neoliberalismo, obsolescente.

O que nos coloca o difícil problema de pensar a desalienação, já que se é possível supor que o sujeito está siderado a um certo tipo de significação que altera radicalmente seu modo de vida, ele não a reconhece. Na literatura sobre o tema três pontos são de profundo encontro: o neoliberalismo modifica relações de trabalho, desejo e linguagem, introduzindo novas modalidades de satisfação e gozo. Se é justo pensar que algo se perde no sujeito, é



pontual também notá-lo como uma nova adição. Um meio de contornar toda horizontalização possível.

O sujeito deve afinar-se no aparato neoliberal pois não há meios de reproduzir-se fora dele. Freud (1914/2010) já havia identificado esse empreendimento artificial como algo da ordem da localização do sujeito no mundo. O organismo, in effigie, nunca é precavido o suficiente para fugir do real, motivo pelo qual são distintos um “dentro” e um “fora”, categorias com as quais e através das quais o sujeito se ancora à realidade e referencia suas próprias ações. É atravessado pela sensibilidade que toda experiência do real se mostra precária, efêmera, e que marca o que o sujeito pode constatar através do exame da realidade, pela movimentação muscular. A mão que vem-e-vai marca a um só tempo o aparecimento do inconsciente, esse que advém como “pulsção” (RODRIGUES, 2021). A parte de dentro é, de outro modo, indestrutível, o exame da realidade não o intercepta, razão por que todo sujeito se esforça em projetar alguma coisa para fora, a fim de localizá-lo espaço-temporalmente e assegurar-se da certeza dos seus sentidos.

O programa neoliberal deve ponderar as coordenadas do sujeito, tornando “dentro” o que vem de “fora”. Dessa forma, “as exigências instintuais de dentro, assim como as excitações do mundo exterior, agem como ‘traumas’, especialmente quando certas predisposições as favorecem” (FREUD, 1938/2018, p.242). Em nenhum momento da vida o sujeito pode furtar-se à experiência traumática, à experiência de indução de uma crise interna, que agora é manejada pela linguagem e instalada no sujeito pelo campo do Outro, do significante. Porque é ao nível da cadeia “que a cada etapa da vida do sujeito, algo veio, a cada instante, manejar o valor do índice determinante que constitui esse significante original” (LACAN, 2008, p.244). Esse significante original é o que Lacan, no Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, chamará de traumático. Nessa dialética é que o desejo do sujeito é constituído pelo desejo do Outro. O neoliberalismo assume essa posição de grande Outro, o que é possível, desde que, a contento, esse Outro seja o poder ou a nova forma de governamentalidade a cujos braços se possa entregar na esperança.

Nesse sentido que concordamos com Dardot e Laval (2016) em A nova razão do mundo, pois a partir do momento em que o neoliberalismo é pensado como “gestão da crise” e dos modos de subjetivação contemporâneos, que são, a um só e mesmo tempo, da superintendência do sofrimento e do gozo, coloca-se uma outra chave de leitura para compreender o sujeito na sua relação com o poder, o prazer e a responsabilidade. O sujeito neoliberal é o sujeito do ultrapassamento, aquele a quem tudo é dado e a tudo responde — ou responde a nada, que é o mesmo. Autorreferenciado, autocoagido, autossuperado; todo e qualquer morfema que o possa referir a ele mesmo e suas ações é tomado como móbile da gestão neoliberal. Pois toda crise é aqui sentida como uma oportunidade de crescimento,

toda vida desempregada é vista como impelida à busca, à aventura, à distensão dos hábitos mórbidos em novos lances de sorte.

É o significativo crise que parece melhor incidir sobre os sujeitos. O trabalho e o desejo sobrestados conduzem a novas formas de racionalização do ser nas quais toda dinâmica de produção, desempenho, flexibilização e normatização tornaram-se guias da barganha neoliberal. Uma barganha fáustica, fatidicamente. Pois é ao custo de uma reforma na gramática do sujeito que a responsabilidade se torna irresponsabilidade e o prazer se dobra em empuxo ao gozo. O sujeito é levado a sincronicamente adaptar-se ao ambiente nas condições mais adversas; o risco é a petição de princípio do corolário neoliberal, a trama a partir da qual toda horizontalização é autorizada com vistas a descurar o sujeito quanto ao “conjunto de escolhas possíveis e à inescapabilidade de se produzir nessas escolhas” (SILVA et al, 2018).

Freud dizia que o analista deve abster-se de qualquer parti pris, isto é, opinião preconcebida; aduziu isso da clínica, onde o analista nunca está suficientemente seguro do que se passa com o paciente. O que o leva a crer que cada uma das várias formações do inconsciente dirigem uma análise. Em que pese esse desvio centrífugo, na posição do sujeito neoliberal todos estão seguramente certos de suas escolhas, analista e analisando, sujeito e pessoa, ambos empenhados em desempenhar o melhor de si. Cada um responsabiliza-se pelo que faz e deixa de fazer; se está à frente ou atrás do outro no conjunto total de suas competências. A resposta pelo fracasso é medida pelo empenho despejado à realização da tarefa. Quanto maior o esforço, maior o gozo (DARDOT; LAVAL 2016).

Nas novas formas de vida conduzidas pelo neoliberalismo, irresponsável é o néscio, quem se nega a pescar no rio sem peixes, quem não agarra a oportunidade ou mesmo o atrasado, que não se decidiu do que quer. Esse experimento endossa uma série de escolhas que redundam numa única, “uma escolha forçada e forçosamente perdedora” (LACAN, 1967-1968). Isso reconduz a discussão para um tipo muito específico de reação, onde a competitividade, a medida do eu com o tu, se fecha num circuito imaginário para ver quem banca melhor suas decisões, quem é capaz de assumi-las por mais tempo ou de arriscar-se numa nova empreitada. A perda, a fisga dos laços humanos são também entabuladas nesse cálculo, mas negativamente, na autocoerção sabotada de si, onde o sujeito vê-se perseguido por ele mesmo. Daí que o horizonte imaginarizado do sujeito é ele mesmo insuspeitadamente. É a figura freudiana do Super-eu açoitando o pobre eu desabrigado.

Nesse cenário, o “desempregado”, o “renda mínima”, o “desfalcado”, o que está “fora do mercado”, são todas categorias para pontuar um novo tipo de fracasso que irá nivelar a todos, pouco importando quem tem mais ou menos chance de sobreviver. É a identificação ligando o mercado a seus agentes e discriminando a condição da qual todos devem defender-

se, qual seja, a condição do servo, do fracassado e do vadio. É bem possível discutir se da dialética do senhor e do escravo hegeliana todos não terminam mesmo na servidão. Aliás, é desse ponto caliginoso do senhor e do escravo que podemos afirmar o sujeito como aquele que desliza metonimicamente pela cadeia significante do desejo do Outro.

## **O sujeito despolitizado: ódio, desejo e economia**

É nesse deslize que há o processo de reconversão, ou metanoia, para descrever novos modos de experimentação da vida e do prazer. Em geral, esse último é substituído pelo gozo, ali mesmo onde o sujeito se vê interdito, mas onde propensamente repele o prazer pela promessa de um gozo maior, extensivo, excipiente, através do qual não somente seu gozo recrudescer, mas igualmente sua expectativa. Ao modo de um prazer infinitamente contornável. Daí porque, diz Goldenberg (2002, p.28), “o gozo, em todo o caso, concerne à coletividade, não apenas ao indivíduo”, isto porque sua legitimação reporta-se diretamente à esfera política de onde aponta seus sins e não. Não é sem razão que o sujeito sofre um empuxo ao excesso, à reprodução de si, pois é a economia que, desde o pós-guerra, vetoriza os rumos do país à contrapelo da política.

A desmoralização do campo público, por um lado, e a redemocratização do acesso à internet e mídias digitais, por outro, abrem precedentes para um discurso de ódio que não deixa de inscrever-se na política de forma verticalizada. Então vemos suspensas aquilo que Freud desde cedo apontou como resistências, necessárias para o desenvolvimento do adulto. A criança, o tolo e o palhaço ganham lugar na política. Nojo, vergonha, pudor e culpa são locupletados pelo discurso neoliberal, perturbando a significação original de entrada no período de latência para colocá-los no campo da contenda, do acirramento e da disputa. Como escreve Dunker (2018, p.208):

Junto com o neoliberalismo, o vocabulário econômico sofre uma mutação que enfatizará o medo e a inveja, o otimismo ou o pessimismo dos mercados, operando uma despolitização da política e deslocando a contenda moral para o terreno dos comportamentos de gosto.

O medo surge como um componente indispensável para o sujeito, pois disfarça o sabor do domínio à indiferença do dominador, aquele que, nesse terreno, sabe exatamente o que o outro quer e precisa. Já a inveja rivaliza com o semelhante e bagunça a economia psíquica, que terá de dar saltos e mais investimentos para ultrapassar o outro, isso no quesito self-image e self-enhancement. Torna-se necessário que o sujeito se diferencie; no entanto, é paradoxalmente mais longe da diferença que ele pode assumir-se como idêntico a si, dotado de uma alma, como falavam os românticos, e menos perto da reprodução abstrata dos ideais neoliberais. No primeiro caso, esquiva-se à massificação; no segundo, se é engolfado por ela. Ambos, porém, descambam no rebarbativo arrivismo político.

Dessa forma, os novos arranjos da economia psíquica sugerem que o recalque está constantemente suspenso, e o sujeito é agora levado a retroativamente conceber-se como alguém a caminho da morte, que alucinatoriamente satisfaz fantasias narcísicas de opulência e feito heroico. Dom Quixote retorna, e junto dele o ridículo. Colocando o gozo na ordem do impossível, de um a mais que é repudiado e incitado a reproduzir-se sem-fim, a razão de ser do neoliberalismo objetiva transformar o laço social com o outro numa injunção normativa dos gadgets do mercado. É o sujeito que, reproduzindo-se no mercado, re-reproduz as condições subjetivas de atualização de gozo; aí que a razão de seu gozo é ele mesmo e codependente de um processo de adjetivação do ser. Pois, se o mercado se regala das crises, é preciso fazer com que o sujeito, convencido o bastante de experimentar a tautologia do desejo, apensada à flutuação do mercado e dos objetos mesmos de seu deleite, prove do seu mal-estar e da impossibilidade de satisfazer-se normalmente para reconverter o parcial da experiência em gozo.

Em Moisés e o monoteísmo, Freud (1939/2018) precisa o inconsciente como da ordem de uma experiência recuperada pelos seres falantes; a tradução do elusivo é assumida justamente pela linguagem que recobre antigas experiências que os falantes têm em comum. O que quer dizer, entre tantas outras coisas, que o desejo é desejado por alguém antes de nós. Essa experiência é brutalmente revigorada pelo complô neoliberal. A tática sideral de simular uma perda colocando-a no mercado como uma experiência da qual o sujeito vai buscar recuperar-se, isso de modo a ripostar o consumo do sujeito com a insatisfação cada vez maior incumbida aos produtos — também chamado na teoria econômica de “obsolescência programada” — é a forma mais simples do mercado ter acesso ao desejo do consumidor. Assim acompanhamos o deslizamento metonímico do sujeito pela cadeia desejante do Outro. Outro que, reputa-se, já está lá e fala o sujeito. A metonímia é obsolescente na medida em que o sujeito se identifica, compara-se e realiza-se no Outro. A competição, o ódio e a culpa incutidas no sujeito o compelem à construção idealizada de um comportamento que é, paradoxalmente, mais empedernido no tocante à criação de laços com o outro, e mais maleável na fôrma-trabalho da qual ele depende e através da qual ele goza imaginariamente.

O sujeito pode, assim, dar cada vez mais-de-si ao custo de nada. É o que a fantasia neoliberal leva a crer. Em pé de igualdade com a empresa, o sujeito é administrativo, contábil e sozinho. Isso leva à criação de inimigos, que podem ir do chefe ao funcionário, do bancário que goza de benefícios inacessíveis ao sujeito, ao pobre que goza do dinheiro de impostos. O papel do sujeito é consumido no ato de consumação; é a isso que nos leva Dardot e Laval (2016, p.368) ao afirmarem que:

As identificações com cargos, funções, competências próprias da empresa, assim como a identificação com grupos de consumo, sinais e marcas da moda e da publicidade, funcionam como substituições substitutivas em relação aos lugares ocupados na família ou ao status na cidade.

O mercado neoliberal ocupa essa posição que determina o recinto do sujeito como o lugar que, na transitoriedade do desejo, operacionaliza suas funções às incumbências da empresa. O Outro, nessa fábula, é quem pesa os valores do sujeito, o avalista de suas contribuições ao mercado, quem ruidará o martelo e decidirá a entrada ou saída do mercado e do jogo performático de suas aquisições e competências. A “financeirização congenial”, modo de dizer das células de avaliação, registro e observação das qualificações do sujeito no trabalho, fazem com que o sujeito mesmo seja constantemente assediado pelas suas faltas, que se atente para o que faz e como o faz, para assim, do Outro, concluir a todo instante: “o que ele quer?”. Porque sua imagem é credencialmente messiânica.

A contestação regular que o sujeito faz de si próprio e do semelhante é consubstanciada pelo discurso que deslegitima a política do campo simbólico. Desterritorializando valores de alta conta, como pertencimento, solidariedade e empatia, que levariam a formas integrais de experimentação com o outro no trabalho e na família, funda-se outros tantos, como superação e resignação, que declaram a produção do sujeito neoliberal preso ao discurso do Outro. Enquanto o prazer reduz-se drasticamente, “o indivíduo sofre um empuxo ao excesso”; é elevado da publicidade à ética empresarial, da qual goza o estatuto de pequena empresa-privada, com ilimitados recursos que o garantem a posição. Para isso a propaganda vem destilar estímulos a investimentos financeiros, ofertas promissoras para lucrar na bolsa de valores ou começar do zero com pouco material à mão e pouca esperança. O curioso é que a empresa do sujeito vive um endereçamento total à do outro. Em uma palavra, é preciso compreender a empresa como “uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016).

O modelo de gestão de empresa suspende qualquer tipo de freio e canaliza os esforços individuais a produzirem sua melhor versão, de forma que é antes o sujeito a esgotar-se do que o objeto. Além disso, a empresa naturaliza relações de poder e dominação, o que termina por confundir uma aparência política do social com uma aparência generalista do privado. Desempenhar-se bem enquanto gestor, funcionário ou colaborador não equivale a desempenhar-se bem no mundo, como alguém socialmente efusivo, sexualmente satisfeito e financeiramente realizado. A liberdade de fazer o que se quer com aquele que o autoriza a fazer com ele o que se quiser é a única liberdade que se pode exigir, e o único campo no qual se pode estar seguro de sua realização é o doméstico, o Oikos dos antigos gregos.

## Édipo e a antipolítica

Os relacionamentos humanos e familiares são mais refratários aos ataques neoliberais, mas de modo algum impermeáveis, pela razão dos contratos, é evidente: de namoro, casamento, aluguel, divórcio etc., que infiltram na conjunção familiar o modus operandi do capital. Suas operações de corte e decodificação de fluxos, como pensaram Deleuze e Guattari. “As alianças e as filiações já não passam pelo homem, mas pelo dinheiro” (Deleuze & Guattari, 2010, p.351). Ao traçarem o desenvolvimento da máquina territorial à paranoica, culminando na máquina civilizatória capitalista, Deleuze & Guattari (2010) apontam para a exclusão da família neste último socius, de tal forma que o corte funda uma nova condição, qual seja, a de reportar o processo à família, e não mais o contrário. Disso se segue “uma privatização da família”, subordinada às formas sociais da reprodução econômica.

O capitalismo individualiza imagens sociais, deriva funções da máquina social: o trabalhador como resultado da força de trabalho, o capitalista como função do capital-dinheiro. Imagens reais de quantidades abstratas (capital, valor, trabalho). Imagens que figuram e reportam-se ao núcleo filiativo de tal modo que as figuras do pai, da mãe e do filho são investidas pelo campo social, mais especificamente pelo capital, e o microcosmo familiar devém simulacro, apenas ocultando - não sob a forma da reprodução familiar, mas da simples determinação segunda em relação às pessoas sociais, isto é, ao capitalista, ao trabalhador, e ao terreno de inscrição da máquina social - as figuras primeiras em relação às quais toda produção social é endereçada. É a esse processo violento que Deleuze & Guattari chamam “sobrecodificação”, uma versão atualizada da teoria da alienação em Marx.

A própria família passa a operar como o social, e o que pendia para os agentes familiares pende agora para os agentes de produção. Nomeava-se pai, agora é Lei; mãe, o Capital; filho, o Trabalhador. É com referência ao significante que Édipo encarna a antipolítica, já que suas linhas simbólicas e imaginárias encarceram o político ao doméstico, elegendo o “Significante despótico”, na notação de nossos autores, o centro em torno do qual gravita o desejo. Daí que, antes de tornarem-se pessoas privadas, “as pessoas individuais são, primeiramente, pessoas sociais” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p.350). É por aí que a crítica ao Édipo ganha substantivação, pois a família deixa de operar sobre a reprodução social, mas passa a ser reportada a ela, assim como o consumo, a produção e o desejo:

É precisamente por ser privatizada [a família], posta fora de campo, que a forma do material ou da reprodução humana engendra homens que é fácil supor como sendo todos iguais entre si; mas, no próprio campo, a forma da reprodução social econômica já tem pré-formada a forma do material para engendrar (Deleuze & Guattari, 2010, p.350).

De certa forma, muda-se o consumo, pois passa-se a consumir da família e dentro dela. A família não apenas reporta sua constituição ao campo social, à arte, à economia e à política, como recebe deste campo relatórios e referências. Assim, a identificação da família com os agentes do campo social fomenta o que Deleuze & Guattari identificam como sistema de subordinação. É o Édipo, como representante da família, da diferenciação simbólica e da identificação imaginária, quem produz essa indiferenciação com a imagem ou a figura - tão convencional ao capitalismo, tão alienante e fragmentada, problema que finca raízes na atual família burguesa. Trata-se, no fim mesmo, da alienação à imagem - de Narciso imantado ao reflexo, de Édipo inseparado e indiscernível - das margens da família conectadas ao refluxo imaginário do capital. Por aí que “uma lógica da guerrilha, sem decalque, sem cópia de uma ordem central” se faz necessária (DELEUZE & GUATTARI, 1980, p.26, tradução nossa). É somente insistindo num “acentramento”, um fora que é sem significante, “onde a comunicação se faz de um vizinho a outro qualquer, nos quais as hastes e canais não preexistem, onde os indivíduos são todos intercambiáveis” que é possível refazer as redes que sustentam o capitalismo e a sobrecodificação significante (DELEUZE & GUATTARI, *Ibid.*, p.26-7, tradução nossa).

Assim, falar de neoliberalismo não é falar de outra coisa senão de capitalismo, desidentidade, territorialização, desterritorialização e alienação – esta última menos como um despertar ou um estranhamento do que uma fixação a imagens de identidades territorializadas e, portanto, constantemente ameaçadas. Por muito que se é levado a crer que esse “abismo da desidentidade”, essa forma de se reportar à imagem, que é o código da competitividade e também da aliança, reconhecendo-se aquém ou além da própria expediência - isso a produzir efeitos de agressividade, identificação, recolhimento ou expectoração do eu, ao custo de cair no “indiferenciado”, como dizem Deleuze & Guattari - leva os sujeitos a quebrar o pacto da convivência social, produzindo resistência ou mesmo motim ao campo político, algo que Freud pensou em termos geográficos e longitudinais, com o conceito de narcisismo das pequenas diferenças. A insatisfação e o ódio coextensivos lançam-se de um aferente a outro e retornam, sadomasoquisticamente, ao eu como resíduo da extroversão internalizada. Daí a culpa, o fracasso e a dívida, que dizem muito desse novo sujeito liberal. E é aí que o conflito se prolonga e demora a extinguir-se, já que a competitividade pressupõe uma diferença que só será cosida na superação dos valores de referência do sujeito, e a aliança uma efetivação desligada de seu flerte ao capital-dinheiro, mesmo que em resposta a isso se ligue aos vincos hereditários. A forma de se escapar da indeterminação parece, enfim, “desnormativizar” o que até então serviu de báscula ao desejo do sujeito, sua autorrealização incansável no campo do Outro.

Daí que a individualização radical, a qual se pressupõe ao neoliberalismo, só pode ser compreendida enquanto referenciada ao Outro, cujo furo introduz uma falta insondável no

que fará alusão ao desejo do sujeito, instando-o a um estado de culpa irremediável, derrelição e patologização, menos, no entanto, pelo que fez do que pelo que deixou de fazer. Esse desejo mesmo, porém, é cifrado por um novo modo de satisfação que é o gozo. O contrato de trabalho, cujas linhas são estritamente imaginárias, em que o trabalhador é livre para operar sobre si mesmo da maneira que quiser, desde que faça jus àquilo que se propõe a fazer, sem ruir aos estertores, flexibiliza as relações de trabalho transformando-as em modelos replicáveis, mas não concêntricos de subjetivação. Isso implica em valores posicionais e de transição, onde o sujeito, que é um funcionário de base, pode facilmente se tornar um operador central da empresa, assim como o empresário pode igualmente cair de posição. Como o contrário, no neoliberalismo, é sempre verdadeiro, “essas transformações implicam uma passagem do sofrimento ao gozo como motor das ações do sujeito em suas posições diante do poder” (NEVES et al, 2021, p.165).

## Conclusão

Diante do exposto, pode-se dizer que o neoliberalismo transtorna o sujeito tridimensional, histórico, político e afetivo, bidimensionando-o a um registro de anistoricidade e atopia: sujeito sem lugar nem rumo. Essa falta autoimposta abre precedentes para uma busca que nunca tem fim, como Lukács anteviu nos serões do romance moderno, e que torna a re-reproduzir-se sem finalidade e sem objeto, levando ao que, como já dito, despolitiza o campo da política e anima o campo do mass media e das contendas digitais, de maneira tal que, na mão destes dispositivos virtuais, sem as quais o universo simbólico neoliberal seria desastroso, opera-se uma transmigração: do campo da contenda do possível, que deprime o sujeito diante do risco, se o coloca no registro do impossível, à frente do qual o sujeito não treme, como diria Hegel, e portanto não desiste. Nesse jogo não é o neoliberalismo que sai vencedor, mas o sujeito quem sai perdedor. Em *A prisioneira*, Proust (2011, p.123) escreve: “não amamos senão o que não possuímos inteiramente”, terminando com uma ilação sobre o comércio sexual desenrolado com mulheres de arrabalde. Por que não são “as prostitutas mesmas” capazes de nos atraírem? pergunta o escritor. “Porque estão inteiramente à nossa disposição”. Encerram tudo de antemão, carregam o antegozo que só frustrará o sujeito ao término de seu encanto, que durará tão pouco quanto maior for o prazer. É essa a derrota do sujeito.



## Referências

- ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. **A dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.
- ALLIEZ, E., LAZZARATO, M. **Guerras e Capital**. São Paulo: Editora Ubu, 2021.
- DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. **L'Anti-Œdipe**. Paris : Les éditions de Minuit, 1972.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille Plateaux**. Paris : Les éditions de Minuit, 1980
- DUNKER, C, I, L. A hipótese depressiva. In: **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.
- FELDSTEIN, R., FINK, B., JAANUS, M. **Para ler o seminário 11 de Lacan**. São Paulo: Zahar, 1997.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREUD, S. Compêndio de psicanálise. In: **Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FREUD, S. Introdução ao Narcisismo. In: **Introdução ao Narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GOLDENBERG, R. **No círculo cínico ou Caro Lacan, por que negar a psicanálise aos canalhas?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. São Paulo: Zahar, 2008.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 15**: O ato psicanalítico (1967-1968). Inédito.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 17**: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- NEVES et al. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

PLATÃO. **O Banquete**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

PROUST, M. **A Prisioneira**. São Paulo: Editora Globo, 2011.

PROUST, M. **O caminho de Guermantes**. São Paulo: Editora Globo, 2007.

RODRIGUES, Gilda Vaz. **O inconsciente** - do discurso do Outro à política. *Reverso*, Belo Horizonte, 43(81), p. 27-34, 2021.

*Recebido em: 04 de setembro de 2022.*

*Aceito em: 02 de junho de 2023.*